

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 193299- 8.**  
**COMARCA: Palmares.**  
**APELANTE: Edmilson Rodrigues de Oliveira.**  
**APELADO: A justiça Pública.**  
**RELATOR: Des. Romero de Oliveira Andrade.**  
**REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos.**  
**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL.**  
**PROCURADOR: Dra. Milta Maria Paes de Sá.**

227

**EMENTA: Penal - Processual Penal - Apelação Criminal - Homicídio Simples - (artigo 121, § 2º, IV do CPB) - Julgamento pelo Júri - Condenação - Apelação Criminal fundamentada na ocorrência de julgamento contrário às provas dos autos e erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena - Alegação de Excludente da legítima defesa própria - Pretensão de outro julgamento com base no artigo 593, inciso III, alínea "d", do CPP - Impossibilidade - Decisão do Conselho de Sentença coerente com versão constante do processo - Recurso não provido. Aplicação da Pena - Pleito de reforma para reduzi-la - Impossibilidade - Reprimenda fixada no mínimo legal - Recurso não provido.**

1. A prova da excludente de ilicitude cabe a quem a invoca. Somente quando o Veredicto é arbitrário, apresentando divergência manifesta com a prova recolhida no processo, é que cabe a renovação do julgamento. Não verificada a hipótese, é de ser rejeitada a pretensão.
2. Circunstância atenuante, mesmo obrigatória, não tem o condão de reduzir o montante da pena fixada já no mínimo abstratamente previsto. Inteligência da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça.
3. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. DECISÃO UNÂNIME.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº **193299- 8, da Comarca de Palmares**, em que figuram, como apelante, **Edmilson Rodrigues de Oliveira** e, como apelado, A Justiça Pública, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

  
**Des. Romero de Oliveira Andrade.**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Geb. Des. Romero de Oliveira Andrade



233

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 193299-8**  
**COMARCA: Palmares**  
**APELANTE: Edmilson Rodrigues de Oliveira.**  
**APELADO: A justiça Pública.**  
**RELATOR: Des. Romero de Oliveira Andrade.**  
**REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos.**  
**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL.**  
**PROCURADOR: Dra. Milta Maria Paes de Sá.**

### RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Edmilson Rodrigues de Oliveira**, insurgindo-se contra o veredicto do Tribunal Júri da Comarca dos Palmares, que o condenou a cumprir pena de 12 (doze) anos de reclusão, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

A denúncia expõe que, no dia 10 de fevereiro de 2008, por volta das 14 horas, na localidade denominada Engenho Boas Novas, município dos Palmares, o denunciado, utilizando-se de instrumento corto-contundente (facão), produziu na vítima Geobe Barbosa da Silva os ferimentos descritos na perícia tanatoscópica de fls. 117/118, os quais ocasionaram a sua morte.

Segundo a peça inicial da acusação, cerca de dois meses antes da prática do homicídio, teria havido um desentendimento de somenos importância entre a vítima e um tio do acusado, surgindo daí certa animosidade que gerava discussões, sendo que, a partir da última, o denunciado decidiu que iria matar a vítima, intento que efetivamente concretizou.

Concluído o juízo de formação da culpa, foi o réu pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, II e IV, do CP, para fins de submissão ao crivo do Tribunal Popular, ocasião em que foi condenado.

O recurso postula a absolvição do recorrente e supletivamente a realização de novo julgamento, sob alegação da ocorrência de decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, porquanto usou dos meios necessários para encerrar uma injusta agressão, além de redução da pena ao mínimo legal.

O Ministério Público contra-arrazoou às fls. 264/269, pugnando pelo não provimento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



239

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Milta Maria Paes de Sá, emitiu parecer no mesmo sentido, opinando pelo não provimento do recurso defensivo.

É o Relatório.

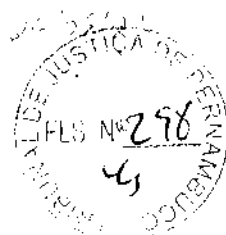
À Douta Revisão.

Recife, 25 de Agosto de 2009.

  
Des. Romero de Oliveira Andrade.  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



230

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 193299-8**  
**COMARCA: Palmares.**  
**APELANTE: Edmilson Rodrigues de Oliveira.**  
**APELADO: A justiça Pública.**  
**RELATOR: Des. Romero de Oliveira Andrade.**  
**REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos.**  
**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL.**  
**PROCURADOR: Dra. Milta Maria Paes de Sá.**

### **VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores:

No que diz respeito à pretensão de absolver o réu, convém lembrar que a possibilidade de anulação do julgamento não substitui o veredicto por uma decisão do órgão julgador de segundo grau, sendo apenas um meio de não se validar procedimento eivado de nulidade e um mecanismo destinado a provocar um novo julgamento pelo mesmo Tribunal do Júri.

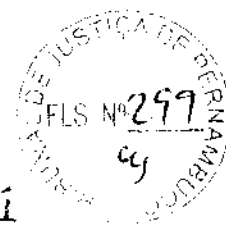
A soberania dos veredictos não permite que o Colegiado togado substitua a decisão do Júri, rechaçando uma das versões para eleger a sua. Permite apenas invalidar o julgamento se a decisão dos jurados nenhum apoio encontrar na prova dos autos.

Sob esse aspecto, alude o recorrente que o Conselho de Sentença se manifestou de modo contrário às provas contidas nos autos, uma vez que milita em seu favor a excludente da legítima defesa, não havendo qualquer dos depoimentos produzidos pelas testemunhas arroladas pelo Ministério Público comprovado a culpabilidade do réu.

Não tem razão o apelante.

Primeiramente, ao narrar o cometimento do crime, perante a autoridade policial, o ora apelante descreveu que, durante a luta corporal que travou com a vítima desarmada, esta resolveu correr em direção ao Sítio "Gia", momento em que ele, acusado, correu atrás até conseguir alcançá-la e desferir-lhe vários golpes (fls. 18).

Ouvida durante o inquérito, a companheira do réu declarou que, no dia 10 de fevereiro de 2008 (data do crime que ocorreu por volta das 14 horas), o



acusado saiu de casa numa bicicleta e portando um facão e, ao ser indagado para onde ia, respondeu que depois ela saberia (fls. 25).

Em juízo, fornece mais detalhes ao descrever:

"(...) que seu marido contou o que tinha feito, dizendo que tinha visto o Geobe e pegou a bicicleta e quando encontrou o Geobe bateu com a bicicleta na dele e, quando Geobe caiu junto com o Edmilson, os dois se levantaram e o Geobe correu e aí o seu marido o alcançou e o cortou; que seu marido quando chegou em casa não apresentava nenhum corte no corpo (...)" (fls. 95).

Uyraquitam Pereira da Silva, que chegou a ver o corpo da vítima, observou o corte na cabeça e no pescoço que quase decepava a cabeça por trás (fls. 92).

Josenildo Manoel Machado "tomou conhecimento que tinha sido Edmilson, após a prisão, porque a esposa dele, Juliana, que é irmã do depoente, lhe contou que o Edmilson, no domingo, tinha pegado a bicicleta e saído com o facão; que quando ele retornou, ele contou para ela que tinha matado Geobe" (fls. 94).

Conforme se observa, existem elementos nos autos que autorizam concluir que o ora apelante foi ao encontro da vítima, bateu com sua bicicleta na que era conduzida pela mesma que, desarmada correu, sendo, entretanto, alcançada e morta a golpes de facão.

Portanto, no caso vertente, não vislumbro nos autos a presença de da versão demonstrando a ocorrência de agressão injusta ou iminente que dê suporte à tese de legítima defesa abraçada pelo defensor do apelante. Ao contrário, a versão mais convincente é a de que conduta do recorrente se mostra incompatível com a defesa moderada a garantir o amparo da lei pela excludente de ilicitude.

Logo, não houve decisão em desconformidade com as provas produzidas, havendo o Júri acolhido a versão que mais pareceu concatenada com a realidade dos autos, principalmente porque esta excludente, para ser aceita, precisa ficar provada e a prova é ônus do réu.

Com relação à mitigação da pena, acentuo que foi fixada reprimenda corporal definitiva de 12 (doze) anos de reclusão, em decorrência de condenação pelo cometimento do delito tipificado no artigo 121 § 2º, IV, do CP, mínimo legalmente previsto.

Portanto, mesmo que existissem circunstâncias atenuantes obrigatórias em favor do apelante, não poderia o juiz sentenciante reduzir a



reprimenda abaixo do mínimo abstrato legalmente fixado, esbarrando a pretensão recursal na Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça abaixo transcrita:

**SUMULA 231 – STJ – “Incidência da circunstância atenuante não pode conduzir a redução da pena abaixo do mínimo legal”**

Por conseguinte, não tendo a opção do Conselho de Sentença sido exercida indiscriminadamente, sem disciplina intelectual ou em frontal incompatibilidade com as circunstâncias objetivas de prova inequívoca, e tendo a pena sido aplicada com o rigor formal necessário, **nego provimento ao recurso, mantendo a condenação em todos os seus termos.**

É como voto.

Recife, 26 de junho de 2010.

  
**Des. Romero de Oliveira Andrade.**  
Relator



233



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 193299-8  
Comarca: Palmares  
Vara: Vara Única  
Apelante: Edmilson Rodrigues de Oliveira  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Procuradora de Justiça: Milla Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade  
Revisor: Des. Fausto Campos

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Edmilson Rodrigues de Oliveira** contra a sentença que, considerando a decisão do Conselho de Sentença, condenou o Apelante à pena de 12 (doze) anos de reclusão por crime previsto no art. 121, § 2º, IV do CP, sob o fundamento de que a decisão do Tribunal do Júri é manifestamente contrária às provas dos autos, vez que, agira sob a excludente de ilicitude da legítima defesa.

Fundamenta seu pedido no argumento de que a tese de legítima defesa, amplamente comprovada, mormente pelas constantes ameaças que sofria da vítima, não foi admitida pelo corpo de jurados, em total desacordo as provas constantes dos autos.

Não vislumbro razão ao Apelante.

A materialidade e a autoria do delito estão comprovadas pelo Auto de Apresentação e Apreensão (fl.19), Perícia Tanatoscópica (fls.120/121) e pelos depoimentos das testemunhas e declarações do próprio acusado.

Conforme se verifica da análise detalhada dos autos, duas são as teses apresentadas, a da acusação, afirmando a ocorrência de homicídio qualificado pelo recurso que impossibilitou a defesa da vítima, e a da defesa, que consiste na confissão do homicídio suscitando a excludente de ilicitude da legítima defesa.

A tese da defesa, além de não encontrar fortes elementos probatórios nos autos, esbarra na tese da acusação fundamentada na oitiva de testemunhas na delegacia (fls. 11/15, 25/27) e em Juízo (fls. 91/95) e na confissão do próprio acusado perante a autoridade policial (fls. 16/18).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

234



Saliente-se, que as declarações prestadas pela companheira do acusado (Juliana Maria Machado) na delegacia e em Juízo, estão em total consonância com as declarações do acusado prestadas na delegacia, as quais afastam completamente a hipótese de legítima defesa.

Embora o art.155, do CPP, vede a condenação baseada exclusivamente na prova produzida na fase policial, tais elementos probatórios podem servir de lastro para a decisão condenatória quando guardar consonância com a prova colhida na fase judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Esta é a hipótese que se apresenta nos autos, pois a prova deponencial colhida em Juízo, está de acordo com a confissão extrajudicial do réu, retratada em Juízo.

Não há nos autos notícia de reação a agressão injusta, atual ou iminente, tampouco uso de meios moderados para repelir a alegada agressão, portanto, não há como acolher a legítima defesa postulada.

O Apelante, em face de desavenças e ameaças feitas pela vítima, utilizando-se de um facão, desferiu vários golpes contra a vítima, quase a degolando, assim, ainda que tivesse reagido a agressão injusta, o fez de forma desproporcional, imoderada, circunstância suficiente para descaracterizar a excludente de ilicitude da legítima defesa.

Não vislumbro, portanto, decisão contrária à prova dos autos, mas sim de acolhimento, pelo Conselho de Sentença, da tese apresentada pela acusação, devidamente comprovada no processo.

Descabido reputar a decisão contrária às provas dos autos, quando os juízes leigos, apresentadas as versões trazidas pela acusação e pela defesa, optarem por rejeitar a tese de legítima defesa hasteada pelo réu, decidindo, soberanamente, pela condenação do Apelante.

Tendo o júri acatado os termos da acusação, que encontra esteio no acervo probatório contido nos autos, é deleso à Corte revisora reformar a decisão açoitada. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

1. À instituição do júri, por força do que dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República, é assegurada a soberania de seus veredictos. 2. O artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular. 3. **Oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, quer em sede de apelação,**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

235



quer em sede de revisão criminal, desconstitua a opção do Tribunal do Júri – porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária. 4. Não basta, todavia, a evitar seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular, a alegação simples da existência de vertentes alternativas da prova da verdade dos fatos, impondo-se que se a demonstre objetivamente nos autos, particularizando as provas de que exsurge a versão outra que permitiu a convicção diversa dos jurados. 5. Ordem denegada. (HC 58295/MS. Rel. Min. Hamilton Carvalhido. DJe. 26.05.2008)

Portanto, é de ser improvido o apelo, no respeitante à alínea 'c', do art. 593, III, do CPP, por não contrariar a sentença a prova dos autos.

Posto isso, acompanhando o Em. Relator, voto para negar provimento ao apelo e manter íntegra a sentença hostilizada.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos  
Revisor